

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Globo

CLASS. : 2475

DATA : 20 11 91

PG. : 08

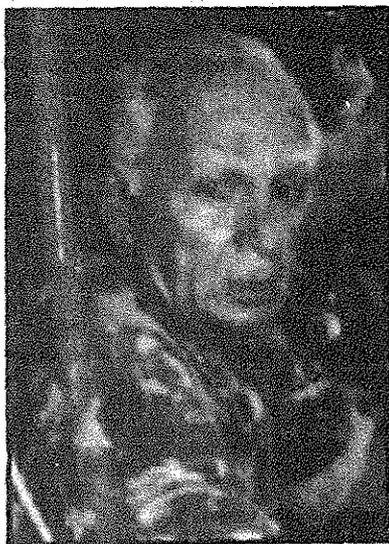
Militares negam que tenham perdido com criação de reserva

BRASÍLIA — Embora considerem a área demarcada de 9,4 milhões de hectares grande demais para a população de índios ianomâmis brasileiros, os militares abandonaram a posição de críticos da criação da reserva indígena, em Roraima, e negam que tenham saído enfraquecidos com a decisão presidencial. Segundo o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General Antônio da Rocha Veneu, a demarcação representou uma conciliação de interesses, pois ficou garantida a faixa de até 150 quilômetros de fronteira para a defesa do território.

Evitando comentar o mérito da medida, o Comandante Militar da Amazônia, General Antenor de Santa Cruz — um dos maiores críticos da demarcação — disse que, com a decisão anunciada, não lhe cabe contestar, mas apenas acreditar na correção da medida.

— Depois que o Presidente tomou uma decisão, não me cabe contestar. Espero que seja a decisão mais correta — disse o Comandante da Amazônia.

O General Santa Cruz contestou, irritado, as interpretações que vinculam o seu afastamento do Comando Militar da Amazônia, no final deste mês, à criação da Reserva Ianomâmi. Ele expli-



O General Antenor de Santa Cruz

cou que vai deixar o cargo por força do Regimento Interno do Exército, que impõe o limite de 12 anos para os Generais permanecerem na ativa.

— Estão querendo criar uma onda que não existe de que os militares estão insatisfeitos.

O Chefe do Emfa, General Antônio da Rocha Veneu, confirmou que, durante o processo de discussão da proposta da Funai, o Exército levou ao Presidente suas preocupações, relacionadas, especialmente, com a segu-

rança da fronteira. Mas concluiu que não havia problema com a demarcação da reserva sobre a faixa de 150 quilômetros. Segundo ele, os índios continuarão convivendo normalmente com os efetivos do Exército. Três dos cinco pelotões previstos pelo Projeto Calha Norte para atuar na área já estão em pleno funcionamento, e os dois restantes aguardam recursos da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

O General Santa Cruz não esconde, porém, o temor pela ineficácia da fiscalização da área demarcada. Segundo ele, o Exército vai manter os pelotões de fronteira que já estão instaladas dentro da área indígena, mas admite que eles são insuficientes para garantir a integridade do território e que não caberá ao Exército nenhum esforço adicional para a fiscalização.

— Com a área demarcada, quem vai controlar esse território? Isso não é um problema meu, é da Funai.

O General Veneu, por sua vez, assumiu o discurso dos defensores da reserva e justificou a extensão do território com o modo de vida ianomâmi — índios nômades, que vivem da caça, da pesca e da agricultura, e precisam de espaço para exercitar sua cultura.

Reserva ainda tem cerca de 600 brancos

BOA VISTA, RR — Cerca de 600 brancos permanecem em terras ianomâmis em Roraima. São médicos, enfermeiros, antropólogos, servidores e agentes federais, religiosos, militares e garimpeiros. Segundo a Funai, apenas os militares podem permanecer na reserva indígena sem sua permissão. Os agentes e servidores têm autorização e os médicos, enfermeiros e antropólogos são funcionários da Funai ou trabalham sob convênio.

Cerca de 80 garimpeiros que continuam retirando ouro das terras indígenas são invasores e devem ser retirados até o final do ano pelos 50 agentes da Polícia Federal que ainda agem na área. O trabalho está sendo desenvolvido nos Postos de Surucucus, Homixi, Catrimani, Ericó, Uiacás, Totobi e Aacaçá.

O Delegado Raimundo Cotrin, coordenador da retirada, acredita que os garimpeiros devem sair espontaneamente. No início, segundo ele, cerca de 400 aviões decolavam diariamente de Boa Vista em direção aos garimpos da reserva. Há até dois meses, 86 aparelhos faziam o mesmo percurso, decolando de aeroportos clandestinos. Hoje, só dois aviões suspeitos abastecem os garimpos.

●RECURSO — A Assembléia Legislativa de Roraima aprovou ontem, por unanimidade, requerimento de ação de inconstitucionalidade, a ser impetrada no Supremo Tribunal Federal, contra o ato que reconheceu os 9,4 milhões de hectares de terras ianomâmis. O requerimento se baseou no Artigo 20, Inciso II da Constituição, que reserva 150 quilômetros de faixa de fronteira como área de fundamental importância para a defesa do território nacional.

Carlos Andrés Perez aplaude a decisão brasileira

BRASÍLIA — O Presidente da Venezuela, Carlos Andrés Perez, disse ontem, em entrevista coletiva no Palácio do Itamaraty, que a decisão brasileira de demarcar a Reserva Indígena Ianomâmi garantirá à América Latina maior autoridade para discutir com os países do primeiro mundo na Rio-92. Perez parabenizou Collor e lembrou que a reserva brasileira se “irmãna com as terras dos mesmos índios em território venezuelano”, numa demonstração de que os dois paí-

ses estão aptos a administrar seus recursos naturais.

A pauta da Rio-92 será discutida pelos oito Chefes de Estado do Pacto Andino, em fevereiro, em Manaus. Na ocasião, Perez e Collor assinarão o Tratado de Complementação Econômica, para a redução gradual das tarifas alfandegárias entre os dois países. Perez defende a aceleração da integração da América Latina e contesta a tese de que a crise econômica brasileira pode comprometer o processo.

— O Brasil passa por um período de crise, mas tem uma economia muito forte. Não são essas crises que devem perturbar o processo de integração, justamente porque a integração é a única solução para essas crises — acredita.

Após homenageado no Congresso Nacional, Andrés Perez seguiu ontem para São Paulo, onde se encontrará com o Governador Luiz Antônio Fleury. A visita termina amanhã, no Rio de Janeiro.